



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681359 - SP (2021/0226522-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : AMANDA ABOU DEHN  
**ADVOGADO** : AMANDA ABOU DEHN - SP423741  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VINICIUS HENRIQUE MACIEL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS HENRIQUE MACIEL, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0007521-82.2021.8.26.0576).

O paciente obteve a progressão para o regime aberto.

O Ministério Público interpôs agravo em execução, que foi provido para cassar a decisão que deferiu a progressão prisional, devendo outra ser proferida após realização de exame criminológico.

A impetrante sustenta que foram preenchidos os requisitos legais para a obtenção do benefício, destacando não ser obrigatória a realização de exame criminológico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente permaneça no regime aberto, bem como seja dispensada a realização de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para cassar a decisão que deferiu a progressão e determinar a realização de exame criminológico (e-STJ fl. 11):

*Conforme boletim informativo de fls. 20/23, o agravante praticou diversas faltas disciplinares em datas recentes, de naturezas média (14/08/2017 e 26/01/2020) e grave (20/02/2018 e 26/03/2019).*

*Desde 2017, consecutivamente, pratica atos contrários à disciplina, o que demonstra excepcionalidade a reclamar a submissão do agravado a exame criminológico.*

*Pelo exposto, voto pelo provimento do recurso para cassar a decisão recorrida e determinar que outra seja prolatada após a realização de exame criminológico.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da

matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência